

Canal Energia – 03/10/2012

<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticiario.asp?id=91810>

Acende Brasil afirma que MP 579 traz riscos aos investimentos no setor

Instituto critica pouco prazo e falta de informação para o processo de definição da prorrogação das concessões

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O **Instituto Acende Brasil** divulgou nota nesta quarta-feira, 3 de outubro, com uma avaliação dos impactos da Medida Provisória 579, que trata da redução dos encargos na tarifa e da renovação das concessões, no setor elétrico. Para a entidade, a maneira como serão tratadas as concessões que vencem até 2015 coloca em risco os investimentos, a credibilidade dos contratos e a previsibilidade das regras.

O **Acende Brasil** lembrou que o governo não apresentou nenhum dado definitivo sobre os ativos amortizados e não amortizados que serão usados para a indenização aos concessionários que optarem por não prorrogar suas concessões. O instituto criticou ainda a não apresentação da nova tarifa para operação e manutenção. Além disso, a ausência de explicação como será feita a remuneração de novos investimentos e dos concessionários também pesam sobre o setor.

A falta de informações mais aprofundadas aliada ao curto prazo para optar pela prorrogação das concessões também não é bem vista pelo instituto. "Mas o governo até agora não forneceu informações indispensáveis para uma tomada de decisão dessa magnitude", afirma na nota assinada pelo presidente **Claudio Sales**. Outra arbitrariedade, segundo o **Acende Brasil**, tem a ver com o enquadramento de um conjunto de usinas que tinham garantido em contrato de concessão o direito de prorrogação.

"O caráter intempestivo e não transparente dessas medidas tem sido interpretado pelo mercado como fator perturbador da estabilidade regulatória, que percebeu risco maior para o setor, afetando inclusive o custo de capital", continua. O **Acende Brasil** critica ainda o limite de maio de 2000 para considerar os ativos de transmissão como amortizados. O instituto também mostra estranheza com o fato de que a definição dos critérios de valor de indenização para usinas ter sido colocada nas mãos da EPE.

"De um lado, o governo levou anos para revelar um pacote que contém um esboço das regras, que permanecem cheias de lacunas mas, de outro lado, quer exigir que os concessionários decidam em poucos dias os destinos de contratos de concessão que durarão décadas", finaliza.